

Funaro se responsabiliza por tudo

Brasília — O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, condiciona o crescimento brasileiro à redução da remessa de dólares para pagamento da dívida externa. Ele apresentou o Plano de Desenvolvimento da Economia brasileira até 1991, aos parlamentares do PMDB, no Congresso, lembrando que o fator de limitação deste projeto é "o elevado grau de endividamento externo acumulado nos últimos anos e sujeito a condições onerosas".

— A renegociação soberana da dívida não é solução para tudo, mas sem ela não há solução para nada — afirmou o ministro.

Durante seu discurso de uma hora, a uma plateia de cerca de 500 pessoas, incluindo jornalistas e assessores, o ministro recebeu aplausos apenas quando se referiu à suspensão de pagamento da dívida externa e à decisão de não submeter a economia do país ao Fundo Monetário Internacional. Sem apresentar um plano de redução da inflação ou de controle de preços, o ministro assumiu a responsabilidade pela política econômica, dizendo:

— Não sou homem de repartir o insucesso.

Mesmo condicionando o crescimento de 4,7% do Produto Interno Bruto ao ano, nos próximos quatro anos, à redução das transferências de recursos para a exterior para 2% a 2,5% do PIB — metade do que ocorre atualmente — Funaro falou sobre medidas internas para assegurar o emprego e o desenvolvimento da economia.

Construção civil

O ministro anunciou — entre outras medidas — um programa de construção de 200 mil a 250 mil casas populares por ano, com recursos anuais de Cz\$ 37 bilhões. As pequenas e médias empresas de material de construção civil receberão uma linha de crédito de Cz\$ 15 bilhões ainda este ano, com juros de 0,5% ao mês e correção monetária. A indústria da construção, segundo Funaro, é responsável pela geração de milhares de empregos e não pode ser esquecida. Todo o setor produtivo terá créditos especiais, especialmente a agricultura.

— Se os senhores me perguntarem se tudo isto é suficiente para devolver ao país a estabilidade monetária indispensável ao crescimento e à subida dos salários, devo dizer, com

a mesma franqueza, que não. Não basta — reconheceu o ministro.

O crescimento — disse — depende da limitação da transferência de recursos ao exterior e o país deverá crescer, para aumentar suas importações e exportações. O plano de quatro anos prevê um superávit da balança comercial de 8 bilhões de dólares ao ano, que deverá crescer até 11 bilhões de dólares em 1991, "desde que o país conte com financiamento externo adequado", afirmou Funaro.

A previsão é de que as exportações crescerão em 6% ao ano, enquanto as importações, a 9% ao ano, para assegurar a entrada de equipamentos e matérias-primas indispensáveis ao crescimento brasileiro.

Durante sua exposição, o ministro saiu do texto escrito, para defender-se da constante acusação de queima de reservas. Ele garantiu que, em 86, o Brasil chegou ao menor nível de importação nos últimos oito anos, adquirindo 12,8 bilhões de dólares em mercadorias, sendo mais de um bilhão em alimentos.

Em 85, as importações chegaram a 13,6 bilhões e, antes da recessão, este valor chegava a 23 bilhões de dólares — afirmou.

Renegociação externa

Sem adiantar detalhes da proposta brasileira de renegociação, o ministro Funaro anunciou as linhas básicas para a rolagem da dívida brasileira. O governo quer a redução expressiva do custo médio da dívida, para evitar que os vencimentos futuros de contratos feitos anteriormente permaneçam com **spreads** — taxas de risco cobradas pelo banqueiros — elevados.

O segundo ponto prevê o refinanciamento parcial e automático dos juros devidos pelo país no período 1987/1991. Funaro destacou que o Brasil não pode ficar na dependência de negociações todos os anos, pois elas impedem a entrada de capital estrangeiro no país.

O terceiro ponto prevê a criação de mecanismos para controlar o crescimento da dívida, reduzindo a vulnerabilidade da posição brasileira diante da flutuação das taxas de juros internacionais. Funaro lembrou que somente a diferença entre os juros pagos pelo Brasil antes da crise financeira internacional, em 80/82, aumentou o endividamento do país em mais 25 bilhões de dólares.